

## PLANO DE ENSINO

**Curso:** Direito

**Disciplina:** DIREITO ADMINISTRATIVO I

**Período:** 7º Período

**Turmas:** Diurno e Noturno

**Carga Horária:** 72H/a

### EMENTA

A disciplina estuda a organização e funcionamento da Administração Pública Brasileira, por meio dos seguintes institutos: linhas gerais que definem o Direito Administrativo; a Administração Pública em paralelo com o Estado e o Governo; os Poderes e Princípios Administrativos, o Sistema Administrativo Brasileiro (central e descentralizado), os Atos Administrativos; Serviços Públicos; e, por fim, o Controle da Administração Pública.

### OBJETIVO GERAL

Proporcionar ao corpo discente conhecimento aprofundado acerca da disciplina, por intermédio do estudo e da pesquisa, com ênfase aos seguintes aspectos: o papel desempenhado pelo Direito Administrativo na solução de questões de interesse da coletividade; a função do Direito Administrativo de elemento renovador das estruturas, muitas vezes obsoletas, com o intuito de modernizar a Administração Pública

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Transmitir aos acadêmicos as técnicas e princípios que regem a disciplina em tela, relacionando-os com o momento jurídico-político contemporâneo; Diferenciar Estado, Governo e Administração Pública; Apresentar as espécies que compõem o gênero agentes públicos; Identificar os poderes e deveres do administrador público, com ênfase aos seguintes pontos: aspectos diferenciadores da discricionariedade e da vinculação; elos entre poder hierárquico e disciplinar; limites ao poder normativo e legitimidade no exercício do poder de polícia; Expor a teoria dos atos administrativos; Apresentar ao acadêmico os elementos característicos dos atos administrativos; Identificar as espécies de atos; suas classificações e formas de extinção; Abordar os aspectos controversos (doutrinários e jurisprudenciais) sobre a definição de serviço público, as possibilidades de interrupção de sua prestação; e os princípios que o norteiam;

### METODOLOGIA

O conteúdo programático será ministrado por meio de aulas expositivas, análise de casos práticos, e de textos atuais relacionados à disciplina, por meio de métodos colaborativos.

### AValiação

Os alunos serão avaliados por meio das provas marcadas, previamente, pela Instituição de Ensino (1ª e 2ª unidades), bem como, pela frequência e participação em sala de aula e outras atividades que poderão ser realizadas no decorrer do semestre.

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

### **UNIDADE I – DIREITO ADMINISTRATIVO**

1.1 Definição 1.2 Direito Administrativo no Brasil: origem e características gerais 1.3 Relações com Outros Ramos do Direito e Ciências Afins 1.4 Fontes do Direito Administrativo 1.5 Papel do Direito Administrativo no Intervencionismo Estatal

### **UNIDADE II – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

2.1 Elementos Constitutivos do Estado 2.2 Critérios Distintivos entre Governo e Administração Pública 2.3 Administração Pública na Ordem Jurídico-Constitucional (Princípios Constitucionais Administrativos)

### **UNIDADE III – PODERES ADMINISTRATIVOS**

3.1 Uso e Abuso do Poder 3.2 Poder Vinculado 3.3 Poder Discricionário 3.4 Poder Hierárquico 3.5 Poder Disciplinar 3.6 Poder Normativo (Regulamentar) 3.7 Poder de Polícia

### **UNIDADE IV – SISTEMA ADMINISTRATIVO BRASILEIRO**

4.1 Princípios Fundamentais da Administração Pública Federal 4.2 Administração Direta 4.3 Administração Indireta 4.4 Reforma Administrativa e Terceiro Setor. 4.5 Organizações Sociais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. 4.6 Agências Executivas e Agências Reguladoras.

### **UNIDADE V - ATOS ADMINISTRATIVOS**

5.1 Definição e Requisitos do Ato Administrativo 5.2 Atos e Procedimento Administrativo 5.3 Atributos do Ato Administrativo 5.4 Classificação dos Atos Administrativos 5.5 Atos Administrativos em Espécie 5.6 Extinção dos Atos Administrativos

### **UNIDADE VI – SERVIÇOS PÚBLICOS**

6.1 Definição 6.2 Princípios Inerentes aos Serviços Públicos 6.3 Classificação

### **UNIDADE VII – CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO**

7.1 Introdução 7.2 Definição e Espécies de Controle 7.3 Controle realizado pela Administração 7.4 Controle realizado pelo Poder Legislativo e Tribunal de Contas 7.5 Controle realizado pelo Poder Judiciário

## **BIBLIOGRAFIA**

### **Básica**

CARVALHO FILHO. José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2018.

MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2018.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2015.

### **Complementar**

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 28 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FERRAZ JR, Tercio Sampaio. A relação meio/fim na teoria geral do direito administrativo. *In: Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura*. Disponível em: <https://www.revistadostribunais.com.br> (Portal Asces-Unita).

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de Direito Administrativo. 6 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

JABORANDY, Clara Cardoso Machado; MARINI, Sandra Regina. A (des)judicialização da política pública de saúde a partir do princípio da fraternidade. *In: Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura*. Disponível em: <https://www.revistadostribunais.com.br> (Portal Asces-Unita).

PAGLIARINI, Alexandre Coutinho; CLETO, Vinicius Hsu. Max Weber e a burocracia na administração pública brasileira: apresentação do problema e proposta de reforma. *In: Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura*. Disponível em: <https://www.revistadostribunais.com.br> (Portal Asces-Unita).

VITTA, Heraldo Garcia. Linhas gerais da revogação do ato administrativo. *In: Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura*. Disponível em: <https://www.revistadostribunais.com.br> (Portal Asces-Unita).